



**PARECER ÚNICO Nº 830523/2016 (SIAM)**

<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b> Licenciamento Ambiental	<b>PA COPAM:</b> 03499/2008/006/2016	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b> Revalidação da Licença de Operação	<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 04 anos	

<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b> Licença de Operação em Caráter Corretivo	<b>PA COPAM:</b> 03499/2008/002/2010	<b>SITUAÇÃO:</b> Licença concedida
---	---	---------------------------------------

<b>EMPREENDEDOR:</b>	Extração de Areia Sul de Minas	<b>CNPJ:</b>	07.109.385/0001-79
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Extração de Areia Sul de Minas	<b>CNPJ:</b>	07.109.385/0001-79
<b>MUNICÍPIO:</b>	Paraisópolis	<b>ZONA:</b>	Rural
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):</b>	SIRGAS 2000	<b>LAT/Y</b>	421.037
		<b>LONG/X</b>	7.502.513
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b>			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input checked="" type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input type="checkbox"/> NÃO
<b>NOME:</b> Parque Municipal do Brejo Grande			
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio Grande		<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio Sapucaí	
<b>UPGRH:</b> GD5		<b>SUB-BACIA:</b> Sapucaí Mirim	
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</b>		<b>CLASSE</b>
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.		3
<b>CONSULTORIA / RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO:</b>	
Jus Ambiental / Cristiane Beatriz Pereira (bióloga)		CRBio 076496/04-D	
<b>RELATÓRIO DE VISTORIA:</b> 051/2016		<b>DATA:</b> 13/04/2016	

<b>EQUIPE INTERDISCIPLINAR</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Wagner Massote Magalhães – Gestor Ambiental	1.403.485-4	
Fábia Martins de Carvalho – Gestora Ambiental	1.364.382-3	
Frederico Augusto Massote Bonifácio – Gestor Ambiental de Formação Jurídica	1.364.259-0	
De acordo: Cezar Augusto Fonseca e Cruz – Diretor Regional de Apoio Técnico	1.147.680-1	
De acordo: Anderson Ramiro de Siqueira – Diretor Regional de Controle Processual	1.051.539-3	



## 1. Introdução

Em 09/06/2009 foi concedida, ao empreendimento Extração de Areia Sul de Minas Ltda., a Autorização Ambiental de Funcionamento AAF sob nº 01686/2009, para extração de areia e cascalho com produção bruta de 21.000m³/ano e validade até 09/06/2013, cujo processo DNPM é 832.229/1999, no Bairro Ribeirão Vermelho, município de Paraisópolis – MG.

Visando aumentar a capacidade produtiva do empreendimento, em 10/02/2010 foi formalizado um processo para ampliação do porto localizado no Bairro Ribeirão Vermelho, no qual foi concedida a Licença de Operação em Caráter Corretivo – LOC sob nº 067/2010, com validade até 31/05/2016, processo DNPM sob nº 832.229/1999 para uma produção total de 44.000m³/ano.

Segundo a DN COPAM 74/2004 a atividade “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil” (código A-03-01-8) possui potencial poluidor/degradador médio, sendo o porte do empreendimento também classificado como médio (produção bruta acima de 30.000m³/ano, até 100.000m³/ano), enquadra-se na classe 3.

Para análise do processo foi apresentado RADA elaborado pela bióloga Cristiane Beatriz Pereira, CRBio 076496/04-D, ART 2016/10925.

Em 13/04/2016 foi realizada vistoria no empreendimento pelos técnicos da SUPRAM-SM, relatório nº 051/2016. Foram solicitadas informações complementares em 22/04/2016, através do ofício nº 404419/2016.

Ressalta-se que as recomendações técnicas para a implementação das medidas mitigadoras e demais informações técnicas e legais foram apresentadas nos estudos. Quando as mesmas forem sugeridas pela equipe interdisciplinar ficará explícito no parecer: **“A SUPRAM Sul de Minas recomenda/determina”**.

A implementação das medidas mitigadoras e o funcionamento e monitoramento das mesmas são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou do responsável técnico pelo empreendimento.

## 2. Caracterização do Empreendimento

O empreendimento possui, atualmente, 03 funcionários, sendo 01 no setor administrativo e 02 no setor de produção. Não há trabalhadores terceirizados. O horário de funcionamento é de segunda à sexta, das 07:00 às 17:00 horas, com intervalo de 01 hora para o almoço e eventualmente aos sábados das 07:00 às 12:00, durante 12 meses no ano.

A produção atual é de 4.281m³/ano de areia e 42,81m³/ano de cascalho, porém a capacidade é de 44.000m³/ano de areia e 440m³/ano de cascalho.

O método de lavra é a céu aberto de fundo de leito do curso d’água.

O empreendimento possui os seguintes equipamentos:

- 01 draga com motor de 152,55 cv
- 04 silos, com capacidade de 25m³ cada;
- 03 caminhões; e
- 01 carregadeira.



No local do empreendimento há uma oficina para pequenos reparos. A oficina também é utilizada como Depósito Temporário de Resíduos – DTR. Anexo à oficina há uma casa que é utilizada como alojamento e refeitório. O escritório localiza-se próximo aos silos.

A Energia elétrica utilizada no empreendimento é fornecida pela concessionária local, o Consumo médio mensal é de 400 Kwh.

Durante a vigência da licença não houve ampliação na atividade desenvolvida.

O plano de lavra estipula uma vida útil de 30 anos para o empreendimento. Após o qual, todo equipamento de mineração será retirado e será realizado o plantio de espécies arbóreas nativas da região nas áreas desprovidas de vegetação.

## **2.1 Processo produtivo**

A areia é extraída do fundo do leito do Rio Sapucaí Mirim, através de uma draga de sucção. Ligado ao conjunto motor-bomba está o mangote, suportado por flutuantes, o qual é conectado a um tubo de aço com diâmetro de 6”, direcionado até o classificador de areia.

O classificador localiza-se a 30 metros da margem do rio, fora da Área de Preservação Permanente e permite que o cascalho seja retido. O cascalho gerado é disposto nas estradas de acesso ao empreendimento.

Através do peneiramento a areia é classificada como grossa, média ou fina e é colocada diretamente em 4 silos de 25m<sup>3</sup>. A água deste processo é direcionada para a caixa de decantação.

Na caixa de decantação as partículas sólidas e pequenos gravetos ficam depositados e, posteriormente, são retirados e dispostos ao redor de árvores. A água é direcionada ao Rio Sapucaí Mirim, por meio de tubulação.

Em função da demanda por areia, esta é retirada diretamente dos silos e colocada nos caminhões. Ocasionalmente a areia é armazenada em pátios de estocagem.

Os insumos utilizados no processo de extração de areia são água (consumo máximo 79.500m<sup>3</sup>/ano, consumo atual 7.706m<sup>3</sup>/ano) e óleo diesel (consumo máximo 387m<sup>3</sup>/ano, consumo atual 37,71m<sup>3</sup>/ano).

## **2.2 Geração de efluentes líquidos e resíduos sólidos**

No empreendimento, são gerados efluentes líquidos sanitários e água residual da extração de areia.

Os efluentes líquidos sanitários são direcionados para a fossa séptica, com filtro anaeróbio e sumidouro, existente no empreendimento.

A água captada passa por um sistema de decantação antes de retornar ao Rio Sapucaí Mirim e, trimestralmente, são realizadas análises na saída da Caixa de Decantação.

Os resíduos sólidos gerados são apresentados na Tabela 1.



**Tabela 1:** Caracterização dos resíduos sólidos gerados no empreendimento.

Resíduo	Origem	Geração máxima	Geração média	Classe	Destino
Material reciclável (papel, plástico, papelão)	Escritório	27kg/mês	24kg/mês	II-A	Usina de triagem e compostagem
Cascalho e pedregulhos	Silos	36m³/mês	5m³/mês	II-B	Utilização externa
Óleo lubrificante	Máquinas	30L/mês	10L/mês	I	Refino
Resíduos da fossa séptica	Fossa séptica	0,5m³/mês	0,5m³/mês	II-A	Tratamento biológico

Não geradas emissões atmosféricas no empreendimento.

### 3. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

Há captação realizada no Rio Sapucaí Mirim, outorgada pela Agência Nacional das Águas – ANA, através da Resolução nº 348, de 31 de maio de 2011, com vigência de 10 anos, com as seguintes características:

- Ponto de captação 1:
  - Coordenadas: latitude (22°34'41" sul) e longitude (45°46'16" oeste);
  - Vazão média: 53m³/h;
  - Regime de operação: 5 h/dia, 25dias/mês, 6.625m³/mês;
  - Volume anual: 79.500m³.
- Ponto de captação 2:
  - Coordenadas: latitude (22°36'14,78" sul) e longitude (45°45'48,19" oeste);
  - Vazão média: 20m³/h;
  - Regime de operação: 4 h/dia, 25dias/mês, 2.000m³/mês;
  - Volume anual: 24.000m³.

O consumo industrial atual é de 672m³/mês. Para consumo humano é utilizada água da concessionária local (SAAE), em média, 4m³/mês.

### 4. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Não é objeto do presente parecer autorizar qualquer tipo de intervenção em área de preservação permanente ou supressão de vegetação nativa.

### 5. Reserva Legal

Foi apresentado o CAR por parte do empreendimento, sendo que o mesmo está correto e, portanto, foi aprovado pela equipe técnica.



## 6. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

- **Efluentes líquidos:** A geração de efluente líquido pelo empreendimento consiste em dois tipos, o primeiro é a água dragada juntamente com a areia e o segundo é o efluente sanitário. Esses efluentes podem aumentar a turbidez e o carreamento de sólidos para o corpo d'água, causar contaminação do lençol freático e solo com organismos patogênicos, diminuição do oxigênio dissolvido, aumento da carga orgânica e eutrofização dos recursos hídricos e transmissão de doenças.

**Medidas mitigadoras:** A água do processo de dragagem passa por uma caixa decantadora antes do seu lançamento no curso d'água. O esgoto sanitário é tratado em fossa séptica com filtro anaeróbio e sumidouro.

- **Resíduos Sólidos:** A disposição incorreta dos resíduos sólidos pode ocasionar contaminação do solo, água superficial e subterrânea, poluição visual.

**Medidas mitigadoras:** Gerenciamento de resíduos, com destinação adequada ao tipo e classe de resíduo gerado. Conforme RADA elaborado e notas apresentadas em vistoria, todos os resíduos sólidos gerados no empreendimento, estão tendo sua destinação realizada de forma adequada e para empreendimentos regularizados ambientalmente.

## 7. Compensações

No empreendimento não há impacto não mitigável, portanto, segundo Deliberação Normativa COPAM Nº 94/2006, que normatiza a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do SNUC), não se aplicam medidas compensatórias.

## 8. Avaliação do Desempenho Ambiental

### 8.1. Cumprimento das Condicionantes de LOC

As condicionantes vinculadas ao processo de Licença de Operação em Caráter Corretivo do empreendimento, concedida em 31/05/2010, certificado nº 067/2010, estão apresentadas na Tabela 2:

**Tabela 2:** Condicionantes da Renovação de Licença de Operação **PA 03499/2008/002/2010.**

Item	Descrição	Prazo	Data da conclusão	Protocolos
01	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando a conclusão da instalação do sistema de tratamento de efluentes sanitários.	60 dias.	28/07/2010	R838882/2010
02	Apresentar relatório técnico fotográfico comprovando a adequação do galpão e da garagem, com a impermeabilização e construção das canaletas ligadas à caixa SAO.	60 dias.	28/07/2010	R838882/2010
03	Executar o programa de automonitoramento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos.	Durante a vigência da licença.		



As condicionantes 01 e 02 foram atendidas satisfatória e tempestivamente.  
A condicionante 03, foi atendida satisfatória e tempestivamente.

## 8.2. Avaliação dos Sistemas de Controle Ambiental

Os laudos de análises apresentados a esta SUPRAM-SM, correspondentes ao automonitoramento durante o período de vigência da licença, foram avaliados pela equipe técnica da SUPRAM-SM. De posse dessas informações sugere-se o deferimento para a revalidação de Licença de Operação (RevLO) para o empreendimento Extração de Areia Sul de Minas.

## 9. Controle Processual

Trata-se de pedido de revalidação de licença de operação para a atividade de “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil” listada na Deliberação Normativa Copam nº 74, de 09 de setembro de 2004, sob o código A-03-01-8. Salienta-se que o processo fora formalizado e instruído com a documentação exigível.

A Deliberação Normativa COPAM nº 17, de 17 de dezembro de 1996, a qual dispõe sobre prazo de validade de licenças ambientais, sua revalidação, estabelece que a Licença de Operação será revalidada mediante análise do relatório de avaliação de desempenho ambiental do sistema de controle e demais medidas mitigadoras.

*“Art. 3º - A Licença de Operação será revalidada por período fixado nos termos do art. 1º, III e parágrafo único, mediante análise de requerimento do interessado acompanhado dos seguintes documentos:*

*I - relatório de avaliação de desempenho ambiental do sistema de controle e demais medidas mitigadoras, elaborado pelo requerente, conforme roteiro por tipo de atividade aprovado pela respectiva Câmara Especializada.”*

Realizada consulta no Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM foi gerada a CERTIDÃO Nº 0841746/2016, a qual contempla a existência do Auto de Infração AI Nº 67063/2010 cujo status informa que o mesmo aguarda inscrição em dívida ativa.

Todavia, pode-se verificar, em consulta à documentação juntada aos autos, bem como em consulta ao sítio eletrônico do TJMG, que o referido auto fora inscrito em dívida ativa, tendo inclusive, processo de execução em curso.

Diante da execução fiscal acima mencionada, o Empreendedor interpôs Embargos, o que fundamentou a formalização deste processo junto à SUPRAM SM.

Pois bem, consultando o andamento dos processos mencionados alhures junto ao sítio eletrônico do TJMG, é claramente possível verificar que a execução fiscal fora suspensa por ocasião do recebimento dos Embargos, e mais, quanto ao julgamento, encontra-se com status de extinta POR ausência de legitimidade ou de interesse processual.



NUMERAÇÃO ÚNICA: 0009453-96.2015.8.13.0473  
SECRETARIA DO JUÍZO

ATIVO

PRINCIPAL

Classe: Execução Fiscal

Assunto: ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE PÚBLICO > Atos Administrativos > Infração Administrativa > Multas e demais Sanções

Maço: DG

CS: DG

Exeqüente: FEAM FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Executado: EXTRAÇÃO DE AREIA SUL DE MINAS LTDA-ME

Última(s) Movimentação(ões):

PROFERIDO DESPACHO - CUMpra-SE 07/07/2016

CONCLUSOS PARA DESPACHO JUIZ(A) TITULAR 73833 09/06/2016

JUNTADA DE PETIÇÃO (OUTRAS) 09/06/2016

Dados Completos

Todos Andamentos

Todas as Partes/Advogados

Expediente(s) Enviado(s) para Publicação

Apensos/Principal

NUMERAÇÃO ÚNICA: 0009453-96.2015.8.13.0473

SECRETARIA DO JUÍZO

ATIVO

PROFERIDO DESPACHO - CUMpra-SE		07/07/2016
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 73833	09/06/2016
JUNTADA DE PETIÇÃO (OUTRAS)		09/06/2016
DOCUMENTO ENTREGUE	ALVARA	10/05/2016
RECEBIDOS OS AUTOS		10/05/2016
AUTOS ENTREGUES EM CARGA AO ADVOGADO DE TERCEIRO	080398/MG	06/05/2016
RECEBIDOS OS AUTOS		18/04/2016
REMETIDOS OS AUTOS AO ÓRGÃO PÚBLICO FAZENDA PÚBLICA		12/04/2016
⇒ EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE OU DE INTERESSE PROCESSUAL	PUB. JORNAL:12/04/16JUIZ(A) TITULAR 73833	08/04/2016
CONCLUSOS PARA JULGAMENTO	JUIZ(A) TITULAR 73833	18/03/2016
⇒ JUNTADA DE PETIÇÃO (OUTRAS)		18/03/2016
PROCESSO SUSPENSO OU SOBRESTADO POR RECEBIMENTO DE EMBARGOS DE EXECUÇÃO	JUIZ(A) TITULAR 73833	19/02/2016
RECEBIDOS OS AUTOS SEM DESPACHO		19/02/2016
CONCLUSOS PARA DESPACHO	JUIZ(A) TITULAR 73833	18/02/2016
APENSADO AO PROCESSO 473150018603	473150018603	18/02/2016

Desta feita, diante de tais considerações, não se encontra óbice à decisão quanto ao pedido de Revalidação de Licença de Operação contido neste processo.

Conforme se verifica à fl. 82, trata-se de microempresa, e por essa razão está isenta do pagamento dos custos de análise, conforme artigo 6º da Deliberação Normativa nº 74/04, reproduzido abaixo:

“Art. 6º - Isentam-se do ônus da indenização dos custos de análise de licenciamento e de autorização de funcionamento as micro-empresas, as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, e as unidades produtivas em regime de agricultura familiar, assim definidas, respectivamente, em lei estadual e federal, mediante apresentação de documento comprobatório atualizado emitido pelo órgão competente.”

Estão no processo as publicações em periódico relativas à obtenção da Licença de Operação e do pedido de Revalidação da Licença de Operação para o empreendimento, conforme determina a Deliberação Normativa COPAM nº 13/95 (fl.74/75).

O empreendimento encontra-se localizado em área rural do Paraisópolis – MG, sendo certo que sua reserva legal encontra-se devidamente regularizada tendo em vista a apresentação do cadastro junto ao SICAR.

Frisa-se que o mesmo encontra-se inscrito no Cadastro Técnico Federal inscrição nº 712752.

Quanto ao mérito, trata-se de revalidação de licença de operação, onde é primordial a análise do Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA).



O RADA consiste de um documento elaborado pelo empreendedor para fins de revalidação da Licença de Operação (LO) da atividade poluidora ou degradadora do meio ambiente, cujo conteúdo, baseado em informações e dados consolidados e atualizados, permite a avaliação da performance dos sistemas de controle ambiental, da implementação de medidas mitigadoras dos impactos ambientais, bem como a análise da evolução do gerenciamento ambiental do empreendimento.

Assim, a apresentação do RADA tem por objetivo primordial subsidiar a análise técnica do pedido de revalidação da Licença de Operação (LO), por meio da avaliação do desempenho ambiental global do empreendimento durante o período de vigência da licença vincenda.

No item 6 deste parecer foram identificadas as fontes de poluição, e informadas as medidas de controle adotadas.

Foi possível verificar o cumprimento tempestivo das condicionantes estabelecidas quando da concessão da Licença de Operação ao empreendimento.

Destarte, a equipe interdisciplinar da SUPRAM-SM julga satisfatório o Relatório de Desempenho Ambiental (RADA), tendo em vista a atividade desenvolvida, conforme item anterior, onde resta expresso que o empreendimento possui um bom desempenho ambiental.

A Licença Ambiental, como todo ato administrativo denominado licença, é *"o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade"* (Maria Sylvia Zanella Di Pietro).

No caso em tela, a vinculação é ao RADA satisfatório.

Sendo ato vinculado, o qual a lei estabelece que, perante certas condições, a Administração deve agir de tal forma, sem liberdade de escolha, caso seja preenchido os requisitos, a licença deve ser concedida e, caso não seja preenchido os requisitos, a licença deve ser negada.

Em razão de todo o exposto neste Parecer Único, conclui-se que os sistemas de controle ambiental apresentados no gerenciamento dos aspectos ambientais considerados relevantes no empreendimento são suficientes para avaliar o seu desempenho ambiental, desta forma, sugerimos o deferimento do processo de revalidação da Licença de Operação – LO.

Em consulta ao sistema integrado de informação ambiental foi constatada a existência de Auto de Infração lavrado contra o empreendimento, transitado em julgado nos termos do §1º do artigo 1º da DN 17, alterado pela DN 209/16 ambas do COPAM. Tem-se então que diante da natureza gravíssima da penalidade, o empreendimento deverá sofrer o decréscimo de 02 (dois) anos no prazo da licença A ser concedida nesta oportunidade.





ipo	Auto de infração				
Processo FEAM	03499/2008/003/2010	Modalidade	AUTO DE INFRAÇÃO	Situação	AGUARDA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA
Empredor\Reqte.	07.109.385/0001-79 - EXTRAÇÃO DE AREIA SUL DE MINAS LTDA				
Empreendimento	07.109.385/0001-79 - EXTRAÇÃO DE AREIA SUL DE MINAS LTDA - ME				
Município	PARAISÓPOLIS	Responsável	Nenhum técnico foi associado		
Atividade	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil				Classe
	Obj Licenciamento	Formalização			25/11/2010
Histórico Feam					
Localização Física					
Unidade -					
Andamento gráfico do processo					
Objetivo					
	AI Nº 67063/2010 - ELABORADO POR KARINE DIAS DA SILVA COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 83 - COD 116 DO DEC. 44.844/2008.				
	<a href="#">Histórico</a>				
	<a href="#">Vistorias</a>				

Decreto Estadual nº. 46.967, de 10 de março de 2016, o qual dispõe sobre a competência transitória para a emissão de atos autorizativos de regularização ambiental no âmbito do Estado, estabelece que até que seja promovida a organização do COPAM nos termos estabelecidos na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e no Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, caberá transitoriamente ao Superintendente regional de Meio Ambiente conceder licença ambiental aos empreendimentos classe 3 e 4.

Assim, este processo deve ser deliberado pela Unidade Regional Colegiada do COPAM Sul de Minas.

**DE ACORDO COM PREVISÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº 44.844/2008, EM SEU ANEXO I, CÓDIGO 124, CONFIGURA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA GRAVÍSSIMA DEIXAR DE COMUNICAR A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES COM DANOS AMBIENTAIS ÀS AUTORIDADES AMBIENTAIS COMPETENTES. NÚCLEO DE EMERGÊNCIA AMBIENTAL – NEA - CONTATO NEA: (31) 9822.3947.**

## 10. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas sugere o deferimento da Revalidação da Licença de Operação, para o empreendimento Extração de Areia Sul de Minas da Extração de Areia Sul de Minas para a atividade de “extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil”, no município de Paraisópolis, MG, pelo prazo de 04 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, através das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do Copam Sul de Minas.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração,



modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Sul de Minas, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

*Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.*

## 11. Anexos

**Anexo I.** Condicionantes para Revalidação da Licença de Operação (REVLO) da Extração de Areia Sul de Minas.

**Anexo II.** Programa de Automonitoramento da Revalidação da Licença de Operação (REVLO) da Extração de Areia Sul de Minas.

**Anexo III.** Relatório Fotográfico da Extração de Areia Sul de Minas.



## ANEXO I

### Condicionantes para Revalidação da Licença de Operação (REVLO) da Extração de Areia Sul de Minas

**Empreendedor:** Extração de Areia Sul de Minas

**Empreendimento:** Extração de Areia Sul de Minas

**CNPJ:** 07.109.385/0001-79

**Município:** Paraisópolis

**Atividade:** Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.

**Código DN 74/04:** A-03-01-8

**Processo:** 03499/2008/006/2016

**Validade:** 04 anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência de Revalidação da Licença de Operação

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Revalidação da Licença de Operação (REVLO) da Extração de Areia Sul de Minas

**Empreendedor:** Extração de Areia Sul de Minas  
**Empreendimento:** Extração de Areia Sul de Minas  
**CNPJ:** 07.109.385/0001-79  
**Município:** Paraisópolis  
**Atividade:** Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.  
**Código DN 74/04:** A-03-01-8  
**Processo:** 03499/2008/006/2016  
**Validade:** 04 anos **Referencia:** Programa de Automonitoramento da Revalidação da Licença de Operação

#### 1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Montante e à jusante dos pontos de captação e retorno da água ao leito do curso d'água nos pontos: Ponto 1: 22°34'41"/45°46'16" Ponto 2: 22°34'42"/45°46'16"	Óleos e graxas, sólidos em suspensão totais e turbidez.	<u>Semestral</u>
Saída da caixa de decantação	Óleos e graxas, sólidos em suspensão totais e turbidez.	<u>Trimestral</u>

**Relatórios:** Enviar, semestralmente, à Supram-SM os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 167/2011 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.

#### 2. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar, semestralmente, à Supram-SM, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.



Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(\*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(\*\*) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente à Supram-SM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/04, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos de construção civil que deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA n.º 307/2002 e 348/2004.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.

### IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-SM, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s);

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO III

### Relatório Fotográfico da Extração de Areia Sul de Minas

**Empreendedor:** Extração de Areia Sul de Minas  
**Empreendimento:** Extração de Areia Sul de Minas  
**CNPJ:** 07.109.385/0001-79  
**Município:** Paraisópolis  
**Atividade:** Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.  
**Código DN 74/04:** A-03-01-8  
**Processo:** 03499/2008/006/2016  
**Validade:** 04 anos



**Foto 01.** Vista geral dos silos.



**Foto 02.** Ponto de extração de areia.



**Foto 03.** Caixa de decantação.



**Foto 04.** Caixa Estanque de Óleo e resíduos sólidos a serem destinados.